

## **FACULDADE CAPIXABA DA SERRA MULTIVIX**

### **O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO RURAL NA REALIDADE BRASILEIRA**

### **THE CONTEXT OF RURAL EDUCATION IN THE BRAZILIAN REALITY**

Amanda Matias Gromelicki, Késia Soares Gonçalves,<sup>1</sup>

Scheila Andressa Gomes Dias, Thais Campista Stutz.

Prof. Omar Carrasco

#### **RESUMO**

O objetivo deste artigo é relatar reflexões sobre a realidade brasileira pelo viés da educação campo, destacando os principais pontos para proporcionar uma educação de qualidade à população do campo. A pesquisa foi realizada pelo contexto histórico, o qual descreve três elementos fundamentais na sua estrutura, a Genesis da educação do campo, com a luta de movimentos sociais que se espalharam ao longo dos anos em busca de uma educação que respeitasse o homem do campo no seu hábitat natural, as políticas públicas educacionais alcançadas. Destacamos como base bibliográfica a carta magna de 88 e a LDB 9394/96 em seu art. 28 foi o marco para o surgimento da educação do campo no cenário brasileiro. Enfatizamos os projetos, instituído pelo poder público, a realidade social e Cultural educação do campo. Ao longo da pesquisa foi observado, o que a educação do campo está longe de ser o ideal, e a muito que se fazer. O descaso do poder público estar refletindo, na desvalorização da Cultura brasileira, vista como atrasada e além da escassez de bibliografia em relação ao tema que mostra a profunda falta de importância que é dada ao tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** EDUCAÇÃO RURAL, REALIDADE BRASILEIRA, PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, PROJETOS NA EDUCAÇÃO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS.

#### **ABSTRAC**

The aim of this paper is to report reflections on the Brazilian reality by the bias field education, highlighting key points to provide quality education to the rural population. The survey was conducted by the historical context, which describes three key elements in its structure, the Genesis of rural education with the struggle of social movements that have spread over the years in search of an education that respect the farmer in their natural habitat, educational policies achieved. We highlight the literature based on the magna carta of 88

<sup>1</sup> Acadêmicas de Pedagogia na Faculdade Multivix.

and LDB 9394/96 in its art. 28 was the framework for the emergence of the field of education in the Brazilian scene. We emphasize the projects set up by the government, social reality and cultural education field. During the research it was observed that the education field is far from ideal, and much to do. The indifference of the government to be reflected in the devaluation of the Brazilian Culture, seen as backward and also the lack of literature in relation to the theme that shows the profound lack of importance given to the subject.

**KEYWORDS:** RURAL EDUCATION, THE REALITY PEDAGOGIA ALTERNATION Brazilian , PROJECTS IN RURAL EDUCATION, PUBLIC POLICY .

## 1. INTRODUÇÃO

“Todos os povos, todas as sociedades, em todos os tempos tiraram da terra o seu sustento. Não importa se coberta de neve, areia ou densa e impenetrável floresta, a terra é a provedora não só das sociedades humanas, mas de quantos animais, aves e plantas existam. Limitar a terra a mera produtora de mercadorias é coisa recente, localizada e injusta.” Carlos Marés.

Este tema surgiu com o intuito de mostrar a atual realidade da educação no campo, e como as propostas de educação evoluíram com o passar do tempo, garantindo educação de acordo com as necessidades específicas do campo. Nas últimas décadas temos assistido a luta constante dos trabalhadores rurais em busca de uma Educação Básica no Campo, bem como um ensino qualificado e de acordo com o currículo. Refletiremos a cerca do surgimento da Educação no Campo, assim como a criação das leis e diretrizes colocando no Artigo 28: “A oferta de educação básica para a população rural”.

Bem sabemos que o Brasil é o país que mais desfavorece em termos de educação rural, porém mostraremos os surgimentos de projetos que favorecem o homem do campo, o qual foi implantado depois do surgimento das Leis Diretrizes e Bases. Abordaremos também sobre as Políticas Públicas da Educação do Campo, contando o percurso histórico e como a educação no campo foi sendo reconhecida e ganhando seu verdadeiro valor, contemplando propostas pedagógicas com o apoio de instituições conveniadas com sistema de ensino. Pretende-se também verificar a Pedagogia da Alternância, relatando

como a Educação no Campo inova cotidianamente, baseada nos saberes dos povos do campo, na experiência e na luta por políticas públicas.

Investigamos a realidade Social e Cultural da Educação do Campo, mostraremos a real situação social e cultural, e como este reflete na vida da população agrícola. Mostraremos como educação básica está sendo inserida no contexto educacional e de que forma está sendo implantada, abordando a construção de projetos para ajudarem no processo ensino aprendizagem.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 DEFINIÇÕES DA EDUCAÇÃO NO CAMPO**

A discussão sobre uma educação para o campo no contexto político é bem recente, como nos afirma Fernandes (2006, p. 28): “O conceito Educação do Campo não existia há dez anos.” E nas palavras de Pereira (2009) reforçamos a ideia a esse termo, quando este diz, que foi a partir de meados da década de 1990 com os movimentos sociais pressionando o governo é que a Educação do Campo ganhou espaços importantes nos órgãos governamentais, baseados na luta por políticas educacionais que se voltassem para as necessidades específicas do campo.

A educação no campo surgiu com o intuito de diminuir o índice de analfabetos que existiam, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE, 2008) “apurou que, em 2007, 23,3% da população rural era formada por analfabetos contra 7,6% da população urbana, ou seja, existiam três vezes mais analfabetos no campo que na cidade”. As iniciativas da importância com a educação rural começou por volta dos anos 80, com o fim da ditadura militar.

Chegando assim ao momento em que o Brasil criou as Leis Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96, colocando no Artigo 28: “A oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da

vida rural e de cada região”, e dando ênfase aos artigos 2 e 3 que em suma diz: “Todos os cidadãos terão por direito educação básica, e que é dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”. As regras foram criadas por uma questão democrática, sendo validada em todo o território brasileiro.

Nossa educação atual é baseada nas leis 9.394/96, que diz que na educação rural nos tópicos do Artigo 28, deverá ser trabalhado: A) conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; B) organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; C) adequação à natureza do trabalho na zona rural. Oferecendo educação igualitária a todos os camponeses, com intuito de alfabetizar a todos na vida rural, colocando as necessidades do ciclo agrícola, em primeiro lugar.

Após a criação das Leis que favorecem a Educação Rural e até mesmo a educação básica, o Brasil sempre se encontra com dificuldades na administração do país, principalmente na administração da educação brasileira.

O Brasil não possui uma organização eficaz para administrar as necessidades da população, inferindo assim as classes menos favorecidas, que além da falta de recursos básicos tais como educação, saúde e segurança, alienam essas pessoas que estão em busca de uma qualidade de vida, tornando a administração do país mais fácil.

No campo não é nada diferente, os moradores desses locais geralmente não dão valor aos estudos, por isso o governo sempre trás “pequenas inovações”, para que os camponeses se sintam satisfeito, felizes, sendo que o governo tem como função primordial oferecer recursos básicos com qualidade. O Brasil é um país que possui muitas riquezas que são más administrados, se não houvesse tanto desvio de dinheiro até chegar os devidos lugares, o nosso país seria bem reconhecido pela sociedade.

Essa é a forma como nosso governo pensa ao administrar todo o dinheiro arrecadado, ao invés de investirem em políticas públicas para o povo,

segundo Mônica Molina<sup>1</sup>, "A ausência da oferta de escolas às comunidades rurais é a negação do direito ao acesso à educação. Ainda há no imaginário brasileiro a ideia de que o campo não demanda políticas públicas, de que não se deve gastar dinheiro porque vai acabar. Mas o que a realidade mostra é que, pelo contrário, há um processo de dinamização das áreas rurais" estando sempre atrasados no quesito QUALIDADE de vida no Brasil.

## **2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO NO CAMPO – PERCURSO HISTÓRICO**

A educação no Brasil até as primeiras décadas do século xx era privilégio da elite e pouco se fazia para os menos favorecidos, inclusive pela população que vivia no campo. Para o estado brasileiro a educação rural não era prioridade para fazer ações planejadas, e isso fazia com que a população que vivia do trabalho agrícola, não tivesse acesso às políticas e serviços públicos em geral. Com isso houve um grande êxodo rural, no qual muitas famílias migraram para a área urbana em busca de educação para os seus filhos e qualidade de vida.

Destituindo a identidade do trabalhador do campo perdendo o foco da educação, segundo dados do INEP (2008), a grande maioria destes alunos que migram para cidade não consegue concluir o ensino médio. A educação rural desde 1960 vem adquirindo programas educacionais por meio do ministério e conselhos de educação, porém, sem política pública específica para a educação rural.

Com o aumento dos assentados do MST e a redução de escolas para essa população, surgiram movimentos sociais que questionavam o modelo de educação rural, os quais através de documentos manifestaram a necessidade de políticas públicas de educação específicas para o habitante da região rural. Nestes documentos tinham como pauta um novo paradigma para orientar as políticas e práticas pedagógicas relacionadas ao trabalhador rural. As mudanças começaram a ocorrer com a constituição de 1988, entretanto o grande marco da educação rural no cenário brasileiro foi com a LDB 9394/96 o qual prevê no artigo 28 a regulamentação específica para educação do campo.

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I. Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II. Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III. Adequação à natureza do trabalho na zona rural. (Brasil/MEC, LDB 9.394/ 96, art.28).

Desvinculando a escola rural da urbana e propondo um planejamento específico para população que vivendo campo. Assegurando políticas públicas de uma educação em que o povo tenha o direito de ser educado no lugar onde vive e sendo respeitada a sua cultura e suas necessidades.

Um grande passo nesse sentido aconteceu em 1997, quando foi realizado o primeiro encontro de professores da reforma agrária – Eneer, que teve a parceria de várias instituições ligadas a educação e aos trabalhadores do campo como o Grupo de Trabalho de Apoio à reforma agrária da Universidade de Brasília (GT-RA/UniB), movimento de trabalhadores rurais sem terra (MST), fundo das nações unidas para a infância (UNICEF), Fundo das nações unidas para a ciência e cultura (UNESCO) e do CNBB.

Neste encontro ficou claro a falta de articulação entre os trabalhos de desenvolvimento e a situação de baixa oferta educacional no campo, agravada pela falta de políticas públicas específica no plano nacional de educação.

O resultado dos vários estudos realizado neste mesmo ano foi à conclusão que uns dos os grandes problemas da educação no campo era o analfabetismo de jovens e adultos. Com a força de movimentos sociais, órgãos internacionais e nacionais foram criados por meio da portaria N° 10/98 o programa nacional de educação na reforma agrárias (PRONERA), que foi incorporado ao INCRA e em 2004 foi adequado, pois o atual governo da época tinha como prioridade, priorizar todas as etapas da educação. Após este evento vários avanços foram alcançados no que diz respeito a leis e as práticas pedagógicas da educação do campo entre as principais podemos citar a Resolução CNE/CEB N° 36 /2001, nesta resolução e reconhecido a diversidade

sociocultural da população do campo, como quilombola, meie iro, etc. E organiza as diretrizes para a educação básica nas escolas do campo.

Na Resolução CNE/ CEB 1 de abril de 2002 visa a universalização do acesso e permanência dos alunos em todas as etapas da educação básica e a construção de políticas e propostas pedagógicas ,para atender a diversidade da população que vive no meio rural.

Como diz no artigo 3º CNE/CEB 1:

Art.-3 o poder público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referência a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre, independente de sua inserção em áreas urbanas ou, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à educação básica e a educação profissional de nível técnico ( CNE 2002).

Resolução N° 2, de 28 de abril de 2008 define o conceito básico de “educação no campo” que abrange todas as etapas da educação básica educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino profissional técnico de nível médio integrado com ensino médio, o qual esta resolução estabelece diretrizes básicas complementares para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento a educação no campo (CNE/2008). Garante a criança o direito ter acesso a vagas em uma escola dentro sua comunidade, evitando o processo de nucleação das escolas e deslocamento de criança, o qual a criança terá direito a transporte gratuito.

No parágrafo 2 do artigo 3 diz “em nenhuma hipótese serão agrupados em uma mesma turma crianças de educação infantil com crianças de ensino fundamental” (CNE/2008). Acabando com a triste realidade de agrupamento de crianças de idade diferente na mesma turma o que se torna um desrespeito com a criança em sua individualidade.

Na resolução N° 4/ 2010 através de um decreto assinado pelo atual presidente a educação do campo passa a ser considerado modalidade de ensino e o MEC passa a dar apoio financeiro e técnico a todos estados, municípios e ao distrito federal, implementando, ampliando e qualificando ações voltadas para a manutenção e o desenvolvimento da educação na área

rural, desde a educação infantil ao ensino superior, sendo instituída à política de educação do campo e regulamentação do PRONERA. Neste decreto e regulamentado a formação de professores de acordo com o decreto nº 6.755 de janeiro de 2009 e o calendário escolar de acordo com a vida no campo e também os programas escola ativa, PROJOVEM campo, PROCAMPO. Uma comissão nacional de Educação do Campo foi instituída para acompanhamento desta política.

Na lei 12. 695 de 25 de julho 2012 foram lançados o programa nacional de educação do campo – PRONA CAMPO, programa do governo que visa dar apoio técnico e financeiro aos estudantes do campo e quilombolas em todas as modalidades de ensino e dando as redes de ensino publico toda infraestrutura para o desenvolvimento da educação do campo.

Entre as ações previstas nesta lei está o apoio aos programas, dividida em alguns eixos:

- Gestão e prática pedagógica;
- Formação de professores;
- Educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica;
- Infraestrutura física e tecnológica.

Contemplando propostas pedagógicas com o apoio de instituições conveniadas com sistema de ensino, o programa nacional de reforma agrária - PRONERA e a educação de jovens e adultos por meio da proposta saberes da terra. (PRONACAMPO 2013).

### **2.3 PEDAGOGIAS DA ALTERNÂNCIA**

A vida escolar no campo teve várias alterações com o passar dos anos. Hoje podemos encontrar escolas que estão se adaptando aos camponeses, as necessidades do dia a dia tem feito com que todos tenham uma nova visão em relação à escola do campo. Nesse sentido, apreendemos a Educação do Campo como uma proposta que se inova cotidianamente, baseada nos saberes dos povos do campo, na experiência, na luta por políticas públicas e



pelo reconhecimento de que é possível aprender num conjunto heterogêneo e multicultural, que é o ambiente campestre. Deste modo, conceber a educação que respeite a diversidade do povo camponês só é possível considerando o que nos diz Caldart (2002, p. 22),

É um projeto de educação que reafirma como grande finalidade da ação educativa ajudar no desenvolvimento mais pleno do ser humano, na sua humanização e inserção crítica na dinâmica da sociedade de que faz parte; que compreende que os sujeitos se humanizam ou se desumanizam sob condições materiais e relações sociais determinadas; que nos mesmos processos em que produzimos nossa existência nos produzimos como seres humanos; que as práticas sociais, e entre elas especialmente as relações de trabalho, conformam (formam ou deformam) os sujeitos. É por isso que afirmamos que não há como verdadeiramente educar os sujeitos do campo sem transformar as circunstâncias sociais desumanizantes, e sem prepará-los para ser os sujeitos destas transformações (...).

Assim podemos dizer que a pedagogia da alternância apareceu para quebrarmos o “Preconceito” em relação à vida do campo, hoje em dia os camponeses possuem os mesmos acessos que os urbanos, tanto na vida escolar, na familiar ou no meio profissional, cultural e social. Para entendermos melhor, os camponeses tem acesso às necessidades básicas, tais como água encanada, esgoto, energia elétrica, casa, entre outros, porém nos dias atuais vemos muito mais, a internet, a tecnologia, o moderno já está tomando conta do meio rural, os camponeses podem escolher o mais moderno ou o mais antigo entre as tecnologias.

As escolas agrícolas utilizam as tecnologias voltando - as para a vida rural, ou seja, os alunos têm aprendido a usar o que temos de mais moderno e executando em suas propriedades, ajudando no crescimento e no sustento de suas famílias. Lambert (2002) diz,

A pedagogia da alternância prepara adequadamente os jovens para enfrentarem suas realidades de trabalho agrícola e florestal. Como eles são levados a diversos locais de estágio, durante 3 anos, e a se adaptar a diferentes contextos e a práticas diversas, eles chegam ao mercado de trabalho com uma vantagem extra em relação aos jovens que estudaram de maneira tradicional. Estes constituem uma mão de obra de primeira ordem para os empreendimentos da região e não encontram nenhuma dificuldade para ter trabalho no final de seus estudos. (p. 41)

## 2.4 REALIDADE SOCIAL E CULTURAL NA EDUCAÇÃO RURAL

Devemos esclarecer a definição de escola do campo só tem sentido quando é pensada a partir das particularidades dos povos do campo. Essa definição está referendada, no parágrafo único do art.2º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de Ciência e Tecnologia disponível na Sociedade e nos Movimentos Sociais em defesa de projetos que associem as soluções por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (MEC, 2002, p.37)

A realidade da educação rural torna-se um desafio para os professores. Eles como profissionais devem atentar-se para vários aspectos que ocorrem no dia a dia, como por exemplo, saber se o transporte está adequado para o uso, o educador precisa conhecer o motorista, garantindo assim a segurança dos alunos que dependem de transporte para chegar á escola, o docente precisa ter conhecimento de qual alimentação será servido para os alunos, verificar se o alimento está em bom estado para o consumo, ter contato direto com o nutricionista “quando houver”, é preciso estar atento a esses aspectos para que o professor possa ter o contato específico com a realidade de cada aluno.

Relatando ainda sobre a realidade social na educação rural, os camponeses recebem ajuda monetária do governo para produzirem o próprio alimento, como forma retribuição, eles trabalham em suas propriedades e semanalmente levam certa quantidade do alimento produzido para as escolas próximas a sua residência para que ocorra a alimentação dos alunos, ou seja, eles precisam dar algo em troca, que é uma triste realidade social, visando que o governo pode simplesmente ajuda-lós, sem requerer vantagens.

E o artigo 28 da LDB aponta alguns pontos diretamente à educação rural. O artigo prescreve que,

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural[...].

Mesmo que a LDB mencione esses pontos, infelizmente, muitas vezes não é o que acontece no cotidiano e na realidade social da comunidade rural.

E em relação à realidade cultural, deparamos com uma sociedade, uma juventude, que é atraída pela cidade, que gosta e tem um desejo de conhecer como é a vida moderna, como é viver no meio urbano, pois vive uma realidade cultural bem diferente. Na cidade grande, os jovens, as crianças e até os adultos, tem muitas distrações, momentos de lazer, o cinema, o teatro, então torna - se uma realidade muito mais moderna, enquanto os indivíduos do campo vivem trabalhando em lavouras, não vivenciam esses momentos, a cultura é totalmente diferente, visa sempre o trabalho, a ajuda aos familiares e com isso sentem esse desejo de conhecer a cultura do povo urbano.

E para Greetz (1978),

A cultura é representada por um sistema de signos e significados criados e reproduzidos por um grupo social, nesta medida, interpretar as culturas significaria interpretar os símbolos, mitos e ritos, portanto, identificá-los como representantes de uma cultura, mesmo quando na construção cotidiana da identidade existam mudanças sociais.

## **2.5- A IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS NA EDUCAÇÃO RURAL**

Foi criado em 1998 o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA, com o intuito de garantir educação básica (alfabetização, ensino fundamental e médio) e superior com qualidade social, resultado de muita luta dos trabalhadores rurais. Porém sabe-se das dificuldades para concretizar esse projeto, dificuldades as quais estão presentes no cotidiano dos alunos, tais como: acesso à escola, estrutura escolar, profissionais qualificados, recursos financeiros etc.

Outro importantíssimo projeto implementado em 2005 foi o ProJovem Campo, onde oferece qualificação profissional aos jovens agricultores de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, dando oportunidade

aqueles que por ventura dedicaram sua vida ao trabalho no campo e para garantir sua sobrevivência não pôde estudar.

De fato, os projetos realizados nas escolas ajudam no desenvolvimento do aluno, melhorando seu desempenho, aproximação com o professor, com colegas de sala e melhorias nos resultados, além de aproximar escola, família e comunidade. Sabe-se da importância de implantação de projetos na educação rural, pois a escola precisa contribuir para o desenvolvimento do aluno assim como, formar um aluno participativo e integrante na sociedade.

A escola com projetos educacionais podem de uma maneira geral abordar ou trabalhar com temas que envolva a realidade do aluno do campo, fazendo com que o mesmo tenha interesse de participação e veja de uma maneira positiva a importância de vivenciar em projetos esse trabalho árduo.

Ao longo do tempo o governo brasileiro vem desenvolvendo vários projetos para ajudar nas salas de aula do campo, o PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) visa o compromisso de alfabetizar as crianças até os oito anos de idade. Temos também o Programa AGRINHO que foi Criado com o objetivo de levar informações sobre saúde e segurança pessoal e ambiental, principalmente às crianças do meio rural. O programa +EDUCAÇÃO visa às escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico.

Todos esses programas entram no dia a dia das escolas para ajudar a compreensão e melhor visão de mundo em relação a diversas áreas presentes no dia a dia da vida rural, com intuito de ajudar no crescimento da educação ambiental, cultura e artes, direitos humanos em educação, esporte e lazer, cultura digital, direto á saúde, comunicação e uso de tecnologias rurais e educação econômica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo abordar temas com reflexões voltadas para a educação no campo, que nos dias atuais vemos como que é uma área pouco valorizada, mas que pouco a pouco vêm ganhando espaço e notoriedade em meio às relações governamentais, sociais e principalmente educacionais.

A educação no campo teve seu reconhecimento, seu direito de ser diferenciada da cidade, prevalecendo sempre à cultura, costumes, identidade. O artigo 28 da LDB deixa bem esclarecido que os sistemas promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural de cada região, ou seja, promover e adaptar os conteúdos a serem ensinados conforme cada região onde está inserida a educação no campo. Ressaltamos que é fundamental a inclusão de projetos no processo de aprendizagem da educação no campo, sabemos que a inclusão é importante, a participação de professores e alunos é essencial, pois podem participar produzir ideias e conhecimentos, participar das dinâmicas sociais, políticas, culturais em todos os aspectos.

Os profissionais da educação que fazem parte da vida rural, vivenciam vários desafios durante sua jornada, devem sempre estar atentos a muitos aspectos relacionados a vida no campo, estar sempre ligado quanto o dia a dia dos alunos e tudo que eles necessitam diariamente para chegar até a escola, até mesmo estar conectados com acontecimentos dentro da instituição de ensino, ou seja, o professor tem uma grande responsabilidade sobre o cotidiano dos alunos, seu desempenho escolar e entre muitos outros aspectos. Tratando-se da realidade cultural, conclui-se que, os povos que vivem no campo, tem grande atração em relação ao modernismo e a vida urbana, pois no campo a vida é bem mais complicada, os serviços são mais constantes, crianças e jovens tem responsabilidades de pessoas adultas, com isso sentem vontade de conhecer o cotidiano moderno.

Vimos que as forças dos movimentos sociais nacionais e internacionais impulsionaram o governo na criação de políticas públicas que atingissem aos alunos e moradores do campo. Políticas essas que devem adequar-se a vida dos camponeses e sua particularidade, o que nos leva a pensar de como há uma grande desvalorização em um país tão rico de diversidades culturais.

De acordo com as pesquisas realizadas podemos compreender que a educação no campo surgiu para combater os índices de analfabetos nas áreas rurais, principalmente porque os camponeses não viam a educação como investimento e sim como perda de tempo, eles precisavam investir e dedicar todo o tempo em suas terras, e por isso não valorizam a educação. Porém, a educação rural tomou outro rumo, ela passou a investir em educação e cursos para ajudar no sustento das famílias, integrando atividades curriculares tais como plantação, irrigação, qualidade dos produtos para o consumo e venda dos alimentos produzidos, para que as famílias possam ter mais êxito em suas produções. Assim podemos perceber que a educação do campo nos dias atuais apresenta um grande avanço, porém os camponeses ainda estão na luta por uma educação de qualidade para seus filhos.

## REFERÊNCIAS

TIXEIRA, Edival Sebastião, BERNARTT Maria de Lourdes, TRINDADE Glademir Alves, **Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil** > disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n2/02.pdf> acessado: 05/04/2016<.

FERRONATO, Melânia Zamprinho, **Análise de bibliografias sobre paisagem perante a relação com o turismo**, publicado 04/03/2011, disponível em: <http://www.partes.com.br/turismo/bibliografias.asp> acessado dia: 28/05/2016<.

MEC, disponível em: [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_educacaocampo.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educacaocampo.pdf) . **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**, publicado em : março de 2007.

**Artigo 28** - <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11691706/artigo-28-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>

SILVA, Vilson Luiz, **Educação no campo, identidade em construção**, 2<sup>o</sup> Edição – 2011> Disponível em: <http://www.fetaemg.org.br/wp-content/uploads/2011/07/educacao-do-campo-2-edicao.pdf>.< Acessado 30/05/2016.

**Projovem Campo – Saberes da Terra** . > disponível em: <http://portal.mec.gov.br/projovem-campo-saberes-da-terra> <- Acessado dia: 30/05/2016.

**REPORTAGEM DESIGUALDADE EM CAMPO**, > Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/163/artigo234867-1.asp> <, PUBLICADO Agosto 2011. Acessado 10/05/2016.

CORDÃO, Francisco Aparecido. **CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002**. >disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&Itemid=30192)<. Acessado 11/05/2016.

OLIVEIRA, Mary Carneiro Paiva. **Educação do campo: concepção, contribuições e contradições**. >disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/18301/10263><. Acessado 01/05/2016.

FERRONATO, Melânia Zamprinho. **Análise de bibliografias sobre paisagem perante a relação com o turismo**. Publicado em 04/03/2011 - Partes sua Revista Virtual. > disponível em: <http://www.partes.com.br/turismo/bibliografias.asp> < Acessado 28/04/2016.